



Uso inadequado da capina química em áreas urbanas do município de Laranjal do Jari

Jefferson Almeida de Brito¹, Allana Fonseca de Souza², Elaine da Silva Fonseca², Rafael Pinto da Silva², Kleiciane Karoline de Oliveira Martins², Wallace Nascimento Gabriel²

¹Professor do Curso de Meio Ambiente – IFAP. e-mail: jefferson.brito@ifap.edu.br

²Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente – IFAP. e-mail: rfps17@hotmail.com, elanyxb1@hotmail.com, allana_fonsecaap@hotmail.com

Resumo: O presente artigo visa realizar um estudo de caso referente ao uso indevido da capina química que acontece nas áreas urbanas do município de Laranjal do Jari. A crescente demanda da capina urbana com produtos agrotóxicos causa sérios problemas de doenças à população, principalmente na pessoa que executa o trabalho. As crianças, em particular, são consideradas sujeitas passivas da intoxicação pelo fato de terem baixo peso e por entrarem em contato direto em áreas recreativas. O ministério da saúde, através da ANVISA, proíbe de forma veemente esta prática por conta da contaminação da flora e da fauna. No município de Laranjal do Jari grande parte da população tem lançado mão da capina química, com a vã ideia de que a eficiência dos produtos químicos age de forma mais eficaz na erradicação, ou até mesmo, pelo processo mais demorado do crescimento de ervas invasoras.

Palavras-chave: agrotóxico, capina química, intoxicação

Introdução

A capina química é uma prática que vem crescendo de forma acelerada e é muito utilizada no controle de plantas daninhas e na questão de limpeza em áreas urbanas porém de forma irregular como preconiza a ANVISA. Pela questão de tempo e condicionamento físico dos trabalhadores que utilizam desta prática, ela vem ganhando cada vez mais espaço na hora de decidir qual melhor forma de fazer a limpeza de uma área. Enquanto que na capina mecânica uma área que era devastada em horas ou dias na capina química esse período de tempo diminui consideravelmente. Na maioria das vezes essa prática é feita de forma desordenada por trabalhadores que não tem o mínimo de cuidado na hora do preparo e nem uma preocupação com a questão de sua própria segurança na atividade em que ele está realizando.

Esta prática resume-se na aplicação de herbicidas na área em que se pretende fazer o controle das plantas indesejáveis. Em áreas urbanas ela é utilizada para evitar a proliferação de espécies vegetais invasoras nos quintais da casa, ou então para o controle do crescimento de determinadas espécies. Já no meio rural utiliza-se para controle da mato-competição com culturas agrícolas ou florestais.

Existem normas regulamentadoras para o manuseio e aplicação desses produtos como a NR 31.8 que trata especificamente da aplicação de produtos fitossanitários, além dessas existem as que falam sobre a questão da segurança do trabalho, qual o cuidado que esses trabalhadores devem ter na hora de fazer o manuseio e aplicação desses produtos. Além disso, a questão da utilização de EPI's (equipamento de proteção individual), tem que ser seguido de forma rigorosa.



Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar se as pessoas que praticam esta atividade na região de Laranjal do Jari utilizam os EPI's corretos e se fazem o manuseio e a aplicação desses produtos de forma certificada pela ANVISA. Pretende-se conhecer como é feito a escolha do produto que é aplicado e qual a forma que esses trabalhadores utilizam para se proteger da inalação desses produtos tóxicos, para assim podermos planejarmos futuras ações de educação ambiental e de prevenção para que a saúde dos aplicadores e principalmente da população do município possa ser protegida.

METODOLOGIA

No presente trabalho realizou-se o registro fotográfico de trabalhadores no processo de aplicação dos herbicidas nos locais em que estes trabalhavam, bem como entrevista abordando perguntas que comprovem o uso indevido em áreas urbanas, a não utilização do EPI, e a preferência pela capina química

Utilizou-se a técnica da conversa informal com algumas pessoas que fazem esta prática. Em seguida fez-se a observação, desde a preparação até a aplicação dos herbicidas, que para esses trabalhadores corresponde como a parte final da atividade praticada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi constatado que em Laranjal do Jari, existem vários trabalhadores informais que fazem aplicação de agrotóxicos sem nenhum tipo de treinamento, ou preocupação com sua segurança na atividade em que este está praticando (OPAS/OMS, 1996).



Figura 1: Trabalhador realizando aplicação de herbicida sem a utilização do EPI

No município existem trabalhadores informais que são contratados por cuidarem das aplicações de herbicidas nas residências, por não serem supervisionados, estes trabalhadores agem de forma clandestina e irresponsável, colocando em risco a saúde da



população, bem como a integridade da flora e da fauna (**EDUARDO, M. B. P.; MIRANDA, 1998**).

Portanto, temos como resultado que no município de Laranjal do Jari não existe empresas capacitadas para o manuseio de produtos químicos, pois também não oferecem os equipamentos de proteção individual (EPI) como, por exemplo: luva de plástico impermeável, bota de cano alto, capacete adequado para certos tipos de faixa, entre outros (**PERES, F.(1999)**).

O descarte ilegal desses materiais em vias públicas e a céu aberto e em contato com o lixo doméstico pode causar sintomas que ao longo do tempo podem se agravar como, por exemplo, dor no peito, tosse seca e falta de ar (**PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. (2003)**).



Figura 2: Descarte inadequado de embalagens de herbicida

CONCLUSÃO

Através deste estudo pode-se perceber os riscos inevitáveis que podem ocorrer com o mal uso de herbicidas para a eliminação de ervas invasoras.

Não há nenhuma fiscalização por parte do poder público no sentido de combater essa prática predatória e devastadora que pode não só extirpar a flora e fauna de determinadas áreas como também a interferir na saúde da população.

Os trabalhadores que desenvolvem este tipo de trabalho são, na grande maioria, pessoas de baixa renda que através deste tipo de ação garantem o sustento de suas famílias. Infelizmente, este tipo de trabalho vem crescendo de forma assustadora, pois o acesso a estes tipos de produtos químicos são fáceis e baratos, devido ao fracionamento dos produtos contidos nas embalagens originais.

Uma alternativa para mudar esse quadro seria o poder público criar mecanismos de geração de renda para que esses trabalhadores possam ser inseridos e deixar essa prática predatória de lado.

Não obstante a tudo isso, as escolas devem necessariamente incluir nos seus projetos de educação ambiental ações que conscientizem seus alunos e que estes sejam multiplicadores nas suas comunidades, bairros, igrejas, famílias entre outros.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências Elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. (2003). Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, F.; MOREIRA, (Orgs.) *É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

OPAS/OMS. *Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos*. Brasília, 1996.

EDUARDO, M. B. P.; MIRANDA, I. C. S. *Vigilância Sanitária*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. v. 8, (Série Saúde & Cidadania)

PERES, F. *É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*. 1999. 178 f. Dissertação (Mestrado em saúde pública). Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro/RJ, 1999.